

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal /
Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 24 de maio de 2021

01 Página / Ano 5 / Edição nº 443



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 037 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

A Prefeita de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhora ALCIONE LEMOS, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2018, resolve:

CONVOCAR

Os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Concurso Público Municipal, homologado através do Edital de Homologação nº 011/2018 para que no período de **24 de maio a 02 de junho de 2021**, apresentem cópia dos seguintes documentos, acompanhado dos originais, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva:

- 01 (uma) Foto 3x4 recente;
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Certidão de Nascimento/Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos considerados dependentes;
- Comprovante de quitação com as obrigações militares (para homens);
- Comprovante de inscrição no PIS / PASEP (ativo);
- Carteira de Trabalho (página da foto, frente e verso);
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
- Certidão de quitação das obrigações eleitorais (expedida pelo Cartório Eleitoral);
- Certidão de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Habilitação no Órgão de Classe;
- RG e CPF do cônjuge ou companheiro(a);
- CPF dos filhos menores;
- Extrato Previdenciário (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais)

CARGO: AGENTE DE SAÚDE

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
19º	FRANCIELE ALVES CARNEIRO MELLO	677487	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUD DEVIDO APOSENTADORIA DE MARIA LUCIA DE OLIVEIRA

Prefeitura Municipal de Jaguariaíva, em 24 de maio de 2021.

ALCIONE LEMOS
Prefeita Municipal

JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 006 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

A Prefeita de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhora ALCIONE LEMOS, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2019, resolve:

CONVOCAR

Os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Concurso Público Municipal, homologado através do Edital de Homologação nº 008/2019 para que no período de **24 de maio a 02 de junho de 2021**, apresentem cópia dos seguintes documentos, acompanhado dos originais, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva:

- 01 (uma) Foto 3x4 recente;
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Certidão de Nascimento/Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos considerados dependentes;
- Comprovante de quitação com as obrigações militares (para homens);
- Comprovante de inscrição no PIS / PASEP (ativo);
- Carteira de Trabalho (página da foto, frente e verso);
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
- Certidão de quitação das obrigações eleitorais (expedida pelo Cartório Eleitoral);
- Certidão de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Habilitação no Órgão de Classe;
- RG e CPF do cônjuge ou companheiro(a);
- CPF dos filhos menores;
- Extrato Previdenciário (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais)

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1º	LEILSON RIBEIRO MAA	222339	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDUL DEVIDO EXONERAÇÃO DE CESAR ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeitura Municipal de Jaguariaíva, em 24 de maio de 2021.

ALCIONE LEMOS
Prefeita Municipal

JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 013 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

A Prefeita de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhora ALCIONE LEMOS, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, resolve:

CONVOCAR

Os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado, homologado através do Edital de Homologação nº 007/2021, para que no período de **24 de maio a 02 de junho de 2021**, apresentem cópia dos seguintes documentos, acompanhado dos originais, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva:

- 01 (uma) Foto 3x4 recente;
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Certidão de Nascimento/Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos considerados dependentes;
- Comprovante de quitação com as obrigações militares (para homens);
- Comprovante de inscrição no PIS / PASEP (ativo);
- Carteira de Trabalho (página da foto, frente e verso);
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://seweb.progers.com.br/verificadweb/>

- Certidão de quitação das obrigações eleitorais (expedida pelo Cartório Eleitoral);
- Certidão de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Habilitação no Órgão de Classe;
- RG e CPF do cônjuge ou companheiro(a);
- CPF dos filhos menores;
- Extrato Previdenciário (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais)

CARGO: ENFERMEIRO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	OBS.
015	JULIANO DE TOLEDO	012	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUD DEVIDO APOSENTADORIA DE JOSÉ NILSON CAMARGO JUNIOR E ROSANE DE CAMARGO SOUSA E DO NÃO COMPARTECIMENTO DE MARCIA PALAZINI DOS SANTOS

Prefeitura Municipal de Jaguariaíva, em 24 de maio de 2021

ALCIONE LEMOS
Prefeita Municipal

JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL 4312/2021. EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº004/2020. CARGO FISCAL DE SANEAMENTO. 36 horas semanais. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº60/2021. CONTRATADA: GISELE DA SILVA CORREA. CPF Nº XXX.XXX.719-27. Salário mensal: R\$1.466,08(um mil quatrocentos e sessenta e seis reais e oito centavos). Vigência: 12 de maio de 2021 até 12 de maio de 2022.

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL 4315/2021. EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº004/2020. CARGO FISCAL DE SANEAMENTO. 36 horas semanais. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº61/2021. CONTRATADA: TATIANE LABRES KOYAMA. CPF Nº XXX.XXX.109-33. Salário mensal: R\$1.466,08(um mil quatrocentos e sessenta e seis reais e oito centavos). Vigência: 13 de maio de 2021 até 13 de maio de 2022.

JULGAMENTO

Processo nº 10647/2021

Investigada: LENI MARIA FERREIRA DOS SANTOS PLEUTIM

Assunto: Presente relatório sobre a servidora Leni Maria Ferreira dos Santos Pleutim, auxiliar de serviços gerais, matrícula nº 5473, a qual encontra-se afastada por laudo médico devido ao risco de contrair o novo coronavírus, onde a mesma fora vista exercendo atividades laborais.

1. Relatório

Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

Constatou-se do Protocolado nº 10647/2020 os seguintes fatos:

Evidenciaram-se ao Relatório de fls.08/14, que a servidora na data de 08 de novembro de 2020, por volta das 17 horas, foi flagrada no local denominado Pesqueiro Recanto dos Sonhos, no Bairro Vila André, foi deparada exercendo atividades laborais naquele local, provavelmente remunerada.

Evidentemente a data tratava-se de um domingo, no entanto, a servidora encontrava-se afastada por laudo médico, sendo considerada de alto risco para o Novo Coronavírus, não podendo exercer atividades fora do domicílio, principalmente atendendo a um número expressivo de pessoas, e por vezes deixando a máscara no queixo.

Assim, a Comissão Administrativa Disciplinar, realizou a oitiva das pessoas que a encontraram no local, qual foi registrado e armazenado em forma de mídia e arquivado junto ao processo.

Aos depoimentos degravados: [...]

As, imagens fls. 11/13 da servidora investigada presente com evidências como atendente do local do pesqueiro.

As fls. 17/18, constatarem-se do laudo médico da paciente na data de 20/03/2020 estando em tratamento medicamentoso com imunossupressão, estando limitada para o trabalho devido ao risco de ser contagiada com o covid-19.

Entretanto, a investigada foi afastada do seu serviço devido o laudo médico apresentado pela incapacidade da servidora ao trabalho, visto que seu afastamento se deu em 20/03/2020 até 14 de janeiro de 2021.

Comprovaram-se os fatos que a servidora foi encontrada no local da propriedade do pesqueiro "Recanto dos Sonhos" exercendo atividades de atendente de mesa naquele local, sendo que ela estava inserida nos quesitos do Decreto Municipal 143/2020 com o presente laudo médico e afastada das atividades quando foi flagrada no exercício da função particular.

Considerando que o Estatuto dos Servidores, Lei Municipal 2155/2010, estabelece os parâmetros do regime disciplinar que normatiza o artigo 121, dos deveres dos servidores, deixado de ser cumprido pela servidora dentro dos padrões de legalidade estrita, existindo o fato praticado pela servidora, que devido o afastamento de suas funções por motivo da sua vulnerabilidade em razão do enfrentamento do coronavírus, a servidora descumpriu com o afastamento onde foi flagrada por servidores, exercendo a função de atendente de mesa no estabelecimento comercial do pesqueiro Recanto dos Sonhos, no Bairro Vila André.

Em conformidade do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Municipal 2155/2010, a conduta da investigada é comprovada nos autos, constituída da infração funcional tipificada no artigo 121. São deveres do servidor: inciso I- exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e inciso III. Observar as normas legais e regulamentares.

III. JULGAMENTO

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar os fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral 10647/2020, que informa sobre a imputação em desfavor da processada pelas irregularidades que submeteu-se no exercício da sua função, por ter descumprido com o teor de seu afastamento das funções devido laudo pericial médico que comprovou sua suscetibilidade em razão da pandemia, foi surpreendida no exercício de função particular, ou seja, como atendente de mesa em estabelecimento comercial particular.

Diante das circunstâncias comprovadas:

1. ACATO o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com fundamento no art.172 da Lei nº2155/10;

2. APROVO o Parecer Jurídico, parte integrante desta decisão, que opina pela aplicação imposta a culpa da servidora com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

3. APROVEJO o presente processo administrativo disciplinar, considerando o relatório final da Comissão Administrativa Disciplinar acatando as circunstâncias apontadas pelas provas convintas que possam dirigir como condenação da servidora LENI MARIA FERREIRA DOS SANTOS PLEUTIM autora do fato, determinando o enquadramento da Lei Municipal 2155/2010 no artigo 122, artigo 121.

São deveres do servidor: inciso I- exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e inciso III. Observar as normas legais e regulamentares.

4. JULGO, pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO de 01(um) dia a servidora LENI MARIA FERREIRA DOS SANTOS PLEUTIM, matrícula 5473, com previsão na Lei Municipal 2155/2010, artigo 132, inciso III, para todos os efeitos.

5. DETERMINO A vista do presente julgamento, seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se.

Jaguariaíva, 07 de maio de 2021.

ALCIONE LEMOS

PREFEITA

JULGAMENTO

Autos: 10930/2020

Assunto: Informa sobre quebra de porta de vidro de estabelecimento comercial supostamente por pedras soltas na via pública lançadas por pneu de veículo na data de 18/11/2020.

1. RELATÓRIO

2.

Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

Trata-se de sindicância instaurada pelo Decreto 201/2021 para apurar os fatos de responsabilidade descritos no Protocolo Geral nº10930/2020, que informa sobre uma porta de vidro quebrada de estabelecimento comercial supostamente por pedras soltas na via pública lançadas por pneu de veículo na data de 18/11/2020.

Designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 03/2020 para apurar os fatos.

Instaurado o processo pelo Decreto 013/2021, realizou-se a instrução do mesmo, com a tomada de depoimento da testemunha; encerrada a fase instrutória, a Comissão Disciplinar, constatou-se da ocorrência do vidro quebrado do estabelecimento comercial que se deu em razão do veículo ter passado em frente ao comércio e prensado a pedra no pneu do carro que estava solta na rua, sendo ela arremessada em direção a porta do vidro do estabelecimento qual resultou na sua quebra.

É o relatório do necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos.

Abstrai-se, dos autos que efetivamente ocorreu o acidente na porta do estabelecimento comercial em virtude da pedra, que devido o arremesso da pedra no vidro que resultou no prejuízo ao proprietário do estabelecimento comercial.

Desta ocorrência, foi realizada a oitiva do depoimento da proprietária, assim descrito: [...]

Neste diapasão, infere-se da constatação, documentos juntados aos autos, a comprovação dos fatos, que devido a passagem do veículo pela frente do estabelecimento comercial, rodou com o pneu do veículo por cima da uma pedra que foi arremessada diretamente na porta de vidro do estabelecimento comercial, ocasionando a quebra do vidro.

A ocorrência se deu em razão da existência de pedras soltas na rua Paranáguá, Jardim Primavera que tem as características da existência de um calçamento antigo de pedras irregulares com inúmeras delas soltas.

Por derradeiro, temos que do conjunto probatório restou claro que os fatos são verdadeiros e que o proprietário do estabelecimento comercial sofreu com os prejuízos do vidro quebrado da porta.

E que efetivamente apresentou o orçamento do prejuízo causado que em decorrência da troca do vidro, obteve os custos total de R\$690,00(seiscentos e noventa reais).

Por tanto, do conjunto probatório, constata-se que o valor é compatível com o mercado, onde a Comissão Administrativa Disciplinar sugere pela regularidade do ressarcimento dos valores do dano.

Incute, mediante a concordância da Procuradoria Geral do Município, que apresente o parecer favorável a legalidade do ressarcimento dos valores, para assim acatar ao Relatório Final da Comissão Administrativa Disciplinar.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, tendo em vista as provas colhidas no caderno processual, **julgo procedente a presente sindicância, devendo o presente feito ser procedido do ressarcimento dos valores ao proprietário do estabelecimento comercial, localizado na Rua Paranáguá, 99, Jardim Primavera, a título de indenização do vidro quebrado, que somaram o importe total de R\$ 690,00(seiscentos e noventa reais) para a sua substituição.**

Ainda, submeta-se o envio da remessa a Secretaria Municipal de Finanças para os devidos procedimentos e pagamento.

A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se.

Jaguariaíva, 4 de maio de 2021.

ALCIONE LEMOS

PREFEITA

EXPEDIENTE

Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguariaíva

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica do Município de Jaguariaíva/PR - Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016.

Rosana Araujo Lopes - MTB. nº 3194 - PR
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação Social
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
Fone: (43) 3535-5638

E-mail: comunicacao@jaguariaiva.pr.gov.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.